Direcção Geral dos Serviços Centrais

Repartição dos Correios e Telégrafos

Decreto n.º 16:200

Tendo sido restabelecido o serviço de vales internacionais entre a França e as colónias de Cabo Verde, Moçambique, Índia, Macau e Timor, nos termos do acôrdo respectivo da União Postal Universal, celebrado em Estocolmo, tornando se por isso necessário alterar os prémios e taxas estabelecidos no regulamento para o serviço de permutação de fundos nas colónias portuguesas, aprovado por decreto n.º 1:246, de 4 de Janeiro de 1915, em conformidade com os estatuidos no citado acôrdo;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Passa a ter a seguinte redacção o § 1.º do artigo 313.º do regulamento aprovado por decreto n.º 1:246, de 4 de Janeiro de 1915:

§ 1.º O prémio e taxas a que estão sujeitos os vales internacionais serão exclusivamente os fixados nos acordos internacionais que estiverem em vigor.

Art. 2.º O artigo 314.º do mesmo regulamento passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 314.º Os vales internacionais são emitidos sem aviso de emissão.

Podem ter aviso de pagamento se o tomador o requisitar, inscrevendo na requisição «Aviso de pagamento».

§ 1.º Não é permitido aviso de recepção nos vales internacionais.

§ 2.º Os vales de trânsito entre Angola e o Congo Belga não admitem aviso de pagamento.

§ 3.º O encarregado da emissão de vales internacionais, quando seja exigido aviso de pagamento, cobrará do tomador a importância correspondente à taxa devida por aviso de recepção, que converterá em selos afixados no vale, inutilizandó-os com a inscrição bem visível de «Avis de payment».

§ 4.º A mesma importância quando recebida em estação que não emita vales internacionais é incluída na totalidade do vale de serviço a remeter à estação que emita aqueles vales.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 29 de Novembro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Bacelar Bebiano.*

Direcção Geral Militar

Decreto n.º 16:201

Considerando que algumas vezes as empresas marítimas de navegação adiam a data da partida dos seus

vapores de carreiras para a África Ocidental e Oriental bem como para os portos do Oriente; e

Considerando que nestas circunstâncias ficam os militares do exército e da armada que se acham já apresentados no Ministério das Colónias, para seguirem ao seu destino, prejudicados, em face da doutrina do artigo 98.º do decreto n.º 12:209, quanto a vencimentos; mas

Tendo em atenção que os mesmos militares, por efeito desses vários adiamentos de partidas de vapores, não podem já regressar aos Ministérios da Marinha e da Guerra, de onde vieram; e

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As disposições do artigo 98.º do decreto n.º 12:209, de 27 de Agosto de 1926, não são applicáveis aos militares do exército e da armada que, tendo realizado a sua apresentação no Ministério das Colónias, tenham que ficar demorados por ter sido adiada a partida do navio que os devia transportar.

Art. 2.º Aos militares nas condições do artigo anterior serão abonados os vencimentos a que tiverem direito por conta da colónia em que forem servir.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Novembro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Mário de Figueiredo—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Morais Sarmiento—Aníbal de Mesquita Guimarães—Eduardo Aguiar Bragança—José Bavelar Bebiano—Gustavo Cordeiro Ramos—Pedro de Castro Pinto Bravo.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Bolsa Agricola

Divisão dos Serviços Comerciais

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte:

Portaria n.º 5:762

Tendo-se suscitado dúvidas na interpretação do sentido do § 2.º do artigo 6.º do decreto com força de lei n.º 16:010, publicado no *Diário do Governo* n.º 231, de 8 de Outubro findo, em prejuízo de uma regular exportação de vinhos: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura, que no § 2.º do artigo 6.º do decreto com força de lei n.º 16:010, e lin. 4.ª desse parágrafo, onde se lê: «na estação de Vila Nova de Gaia», deve ler-se: «para a estação de Vila Nova de Gaia, e serem aí levantadas».

Paços do Governo da República, 29 de Novembro de 1928.—O Ministro da Agricultura, *Pedro de Castro Pinto Bravo.*